



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 305733-0
13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DO RECIFE
APELANTE: ADRIANO NASCIMENTO DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS
PROCURADOR: DR. FRANCISCO EDILSON DE SÁ JÚNIOR

EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO. ART. 157, CAPUT. INEXISTENCIA DE PROVAS SUFICIENTES. INOCORRÊNCIA. RATIFICAÇÃO EM JUÍZO DO RECONHECIMENTO REALIZADO EM INQUÉRITO POLICIAL. POSSIBILIDADE. APREENSÃO DA RES FURTIVA NÃO É INDISPENSÁVEL PARA QUE O DELITO SEJA COMPROVADO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, **em negar provimento ao recurso**, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 21/03/2014

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargadora Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

-174-
Raz

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 305733-0
13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DO RECIFE
APELANTE: ADRIANO NASCIMENTO DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS
PROCURADOR: FRANCISCO EDILSON DE SÁ JÚNIOR

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Criminal interposta pela Defensoria Pública de Pernambuco em defesa do acusado **ADRIANO NASCIMENTO DA SILVA**, contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 13ª Vara Criminal da Comarca do Recife, que o condenou à pena de 04 (quatro) anos de reclusão, em regime semi-aberto e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa (fl. 145/147), pela prática do crime previsto no artigo 157, caput, (roubo) do Código Penal Brasileiro.

Relata a peça a trial que:

"No dia 05 de outubro de 211, por volta das 12h50, na Avenida Agamenon Magalhães, Boa Vista, nesta cidade, nas proximidades da Igreja da Capunga, o denunciado **Adriano Nascimento da Silva**, fazendo menção de que estava armado, abordou a vítima Jefferson Gomes de Lima Silva, e em tom de ameaça disse: "Borá, passe o celular senão atiro em você!", e ainda disse, que estava com um comparsa do outro lado da rua"

O presente feito seguiu os trâmites de estilo, com realização de audiência de instrução, com a oitiva da vítima (fl. 121), das testemunhas da promotoria (fls. 100/101) e o interrogatório do acusado (fls. 132/133).

Após, foram apresentadas as alegações finais do Ministério Público (fl. 135) e da defesa (fls. 141/144).

A sentença foi proferida, condenando o denunciado, por infração ao art. 157, caput, do Código Penal Brasileiro, à pena de 04 (quatro) anos de reclusão, em regime prisional semiaberto e ao pagamento 10 (dez) dias-multas, sendo cada dia fixado com base em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo mensal nacional (fls. 145/148).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

-175-
Raz

Inconformado com a sentença, o acusado **ADRIANO NASCIMENTO DA SILVA** através da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, apela (fls. 150/155), pugnando pela absolvição, alegando que nos autos não existem provas suficientes para um decreto condenatório.

Foram apresentadas as contrarrazões pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça Clóvis Alves Araújo, requerendo que seja negado provimento do recurso apelatório, com a manutenção da sentença em sua integralidade (fls. 158/159).

A Douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Procurador de Justiça Francisco Edilson de Sá Júnior ofereceu parecer opinando pelo não provimento do recurso apelatório (fls. 169/171).

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 09 de agosto de 2013.


Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 305733-0
13ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DO RECIFE
APELANTE: ADRIANO NASCIMENTO DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS
PROCURADOR: FRANCISCO EDILSON DE SÁ JÚNIOR

VOTO DO RELATOR

Conforme relatado, trata-se de Apelação Criminal interposta pelo réu **ADRIANO NASCIMENTO DA SILVA** contra a decisão do Juízo da 13ª Vara Criminal da Comarca do Recife (fls. 150/155) que o condenou à pena de 04 (quatro) anos de reclusão, em regime semi-aberto e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, sendo cada dia fixado com base em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo mensal nacional (fl. 145/147), pela prática do crime previsto no artigo 157, caput, do Código Penal Brasileiro (roubo).

Pugna a defesa pela absolvição, alegando que nos autos não existem provas suficientes para um decreto condenatório.

Entretanto, percebo que a insatisfação não deve prosperar.

Analisando compulsoriamente os autos, entendo ser incontroversa a realização da conduta tipificada pelo réu no art. 157, caput, do CPB, posto que a própria vítima **Jefferson Gomes Lima Silva**, em juízo, ratificou o reconhecimento realizado em sede de inquérito policial (fls. 121/121v), o qual tem valor probante.

Apelação. Arts. 157, § 3º, 2ª parte, e 180, caput, ambos do CP. Corréus. Preliminar de nulidade. Improcedência. Denúncia que descreve corretamente os fatos imputados aos réus. Aditamento para mera correção da capitulação, feito, ademais, antes da própria citação dos acusados. Ausência de prejuízo para a Defesa. Réus ouvidos no momento procedimental previsto em lei, com conhecimento de toda a prova coligida. Inexistência de violação ao contraditório. Autoria e materialidade demonstradas pelos elementos do contraditório. Inobservância do procedimento do art. 226 do CPP. **Regra que se refere a reconhecimento feito no inquérito policial. Ratificação feita em juízo tem valor probante.** Divisão de tarefas, que não se confunde com



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

participação de menor importância. Participação de menor importância não comprovada. Conduta de todos os agentes que se adere à principal. Responsabilidade criminal de todos pelo latrocínio. Crime consumado. Aumento da pena inadequado para a espécie. Redução ao piso legal. Regime fechado. Aplicação do art. 33, § 2º, a, do CP. Recursos providos em parte.

(111699620088260068 SP 0011169-96.2008.8.26.0068, Relator: Marco Nahum, Data de Julgamento: 08/08/2011, 1ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 12/08/2011, undefined) (nossos grifos)

Para melhor esclarecer, vejamos um trecho da transcrição do depoimento da vítima em Juízo:

*"Que no dia do fato, por volta das 12h50, foi abordado pelo acusado próximo a igreja da Capunga, o qual disse que estava armado, dizendo ainda que estava acompanhado de um comparsa que estava do outro lado da rua; que o acusado o ameaçou dizendo: 'bora, passa o celular senão eu atiro em você' [...] Que ele depoente acompanhou as diligências policiais e viu quando o acusado foi detido; que o acusado não estava na posse do celular dele, vítima, pois já havia repassado para outro elemento [...] **Que na DEPOL fez o reconhecimento do acusado, reconhecendo o acusado como sendo o autor da empreitada criminosa praticada contra sua pessoa; que não conhecia o acusado.**"*

A defesa ainda usa como argumento o fato de a res furtiva não ter sido encontrada em posse do acusado. Entretanto, já é pacífico na jurisprudência brasileira que a apreensão da res não é indispensável para que o delito seja comprovado. Vejamos:

APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO QUALIFICADO - EMPREGO DE ARMA - CONCURSO DE AGENTES - AUSÊNCIA DA RES FURTIVA - COMPROVAÇÃO POR MEIO DE PROVA INDIRETA - PALAVRA DA VÍTIMA EM HARMONIA COM OS DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS - TERMO DE RECONHECIMENTO - CONDENAÇÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO **"No roubo, via de regra, praticado na clandestinidade, a palavra das vítimas constitui valioso elemento de prova, principalmente quando reconhece o agente. "A**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670

apreensão da res não é indispensável à comprovação do delito, inclusive porque o agente pode escondê-la, desviá-la ou destruí-la. O que importa é a intimidação da vítima" (Apelação Criminal n. , rel. Des. Amaral e Silva, de Balneário Camboriú). PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR - RÉU PORTADOR DO VÍRUS HIV - IMPOSSIBILIDADE - CONDENADO À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO A prisão domiciliar somente deve ser concedida aos apenados em regime aberto (art. 117, da LEP). **(nossos grifos)**

Pelo exposto, está evidenciada a autoria do acusado no delito, tornando-se inviável acatar a apelação defensiva que pugna pela absolvição.

Dessa forma, voto pelo **não provimento** do Recurso de Apelação interposto pelo réu, mantendo-se integralmente a sentença atacada.

É como voto.

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



199

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0305733-0 – 13ª Vara Criminal da Capital-PE

Apelante: Adriano Nascimento da Silva
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor Convocado: Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procurador: Dr. Francisco Edilson de Sá Júnior
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto por Adriano Nascimento da Silva contra a sentença prolatada pelo MM. Juiz de Direito da 13ª Vara Criminal da Capital, que o condenou à pena de 04 (quatro) anos de reclusão, cumulada ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, em regime inicial semi-aberto, pela prática do crime previsto no artigo 157, *caput*, do Código Penal.

Requer o recorrente, apenas, a sua absolvição.

Pois bem. No que concerne à materialidade do aludido delito, considero estar suficientemente comprovada nos elementos contidos nos autos, notadamente no auto de prisão em flagrante delito (fls. 06/07) e no boletim de ocorrência (fls. 28/29).

A autoria também restou inconteste pelos depoimentos prestados pelos policiais militares que prenderam o réu em flagrante delito, bem como pelo testemunho da vítima Jefferson Gomes de Lima Silva, tanto em fase policial como em juízo. Vejamos trechos de seus depoimentos em juízo:

Renê Ferreira da Silva, policial militar, fl. 100:

“que estava de serviço no entorno da ocorrência, quando foi procurado pela vítima dizendo que um indivíduo vestindo camisa da seleção argentina tinha lhe abordado e levado o seu celular... que o acusado foi encontrado sem o celular e negou o crime; que reconhece o acusado aqui presente como sendo o autor do crime; que a vítima disse para o depoente que o acusado junto com outra pessoa tinham acabado de assalta-lo; que a vítima chegou a dizer que o acusado fez menção de estar armado e ameaçou-lhe, pedindo-lhe os pertences” (transcrito conforme o original).

Inaldo Ferreira da Silva Filho, policial militar, fls. 100/101:

“que quando chegou ao local o acusado já estava detido pelo policial Renê; que no local chegou a ver ainda a vítima e a vítima ainda chegou a reconhecer o acusado aqui presente” (transcrito conforme o original. Grifos nossos).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

Apelação Criminal n.º 0305733-0 – 13ª Vara Criminal da Capital-PE

Jefferson Gomes Lima Silva, vítima, fls. 121/121v.:

“Que no dia do fato, por volta das 12:50 horas, foi abordado pelo acusado próximo a igreja da Capunga, o qual disse que estava armado, dizendo ainda que estava acompanhado de um comparsa que estava do outro lado da rua... Que diante da ameaça do acusado, entregou o celular que estava portando; Que em seguida acionou o policiamento da CTTU, sendo empreendida diligências; Que o acusado estava trajando camisa da seleção Argentina... Que ele depoente acompanhou as diligências policiais, e viu quando o acusado foi detido; Que o acusado não estava de posse do celular dele, vítima, pois já havia repassado para o outro elemento” (transcrito conforme o original).

Dessa forma, a autoria restou inconteste, não havendo motivos para duvidar de que o fato denunciado ocorreu da forma narrada pelas testemunhas. Por todas essas considerações, não merece ser acolhido o pleito de absolvição, já que, pelo lastro probatório coligido aos autos, não resta qualquer dúvida, seja quanto à autoria, seja quanto à materialidade delitiva.

Portanto, no delito de roubo, a negativa de autoria pelo réu, desacompanhada de qualquer comprovação, não pode prevalecer frente a um conjunto probatório seguro, formado pelas declarações prestadas pelas testemunhas e ainda pela palavra da vítima, que se apresenta segura, coesa e condizente com as demais provas dos autos.

Ante o exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao apelo, mantendo-se a sentença condenatória nos mesmos termos em que foi proferida.

É como voto.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Revisor Convocado